

# ONU vai investigar mortes no Brasil

Assassinatos de camponeses, menores e religiosos preocupam entidades internacionais

Soraya Aggege

SÃO PAULO

**E**squadros da morte e pistoleiros de aluguel que agem no Brasil estão sendo investigados por entidades internacionais, que em 2002 deverão levar seus relatórios sobre extermínio e impunidade no país à Organização das Nações Unidas (ONU). Pela primeira vez, a ação desses grupos está sendo mapeada e combatida nacionalmente. Depois de reclamar da tortura policial no Brasil e arrancar promessas de melhorias do governo, a ONU pretende vir ao país em 2002 para averiguar denúncias sobre execuções sumárias. A preocupação maior é com o sul do Pará, apontado num primeiro relatório a que o GLOBO teve acesso, como território da pistolação, promovida por proprietários de terras da Amazônia.

O Governo brasileiro colabora com o esforço da ONU. Nesta semana, diplomatas iniciam articulações em Genebra para trazer ao país a relatora especial da organização, a paquistanesa Asma Jahangir, cuja missão será investigar a matança de camponeses, ativistas políticos, menores e religiosos. Segundo a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, a visita deve ocorrer entre março e abril de 2002, a convite do ministro da Justiça, José Gregori.

Antes da chegada de Asma, no entanto, entidades como o Centro de Justiça Global e a Anistia Internacional começaram a preparar seus próprios levantamentos. Com base em pesquisas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores Agrícolas (Fetagri), o Centro de Justiça Global cruzou informações e preparou um relatório para a Comissão de Direitos Humanos da ONU. O resultado aponta uma situação preocupante no Pará: entre 1971 e 2001, 706 camponeses foram mortos no estado, quase dois assassinatos por mês.

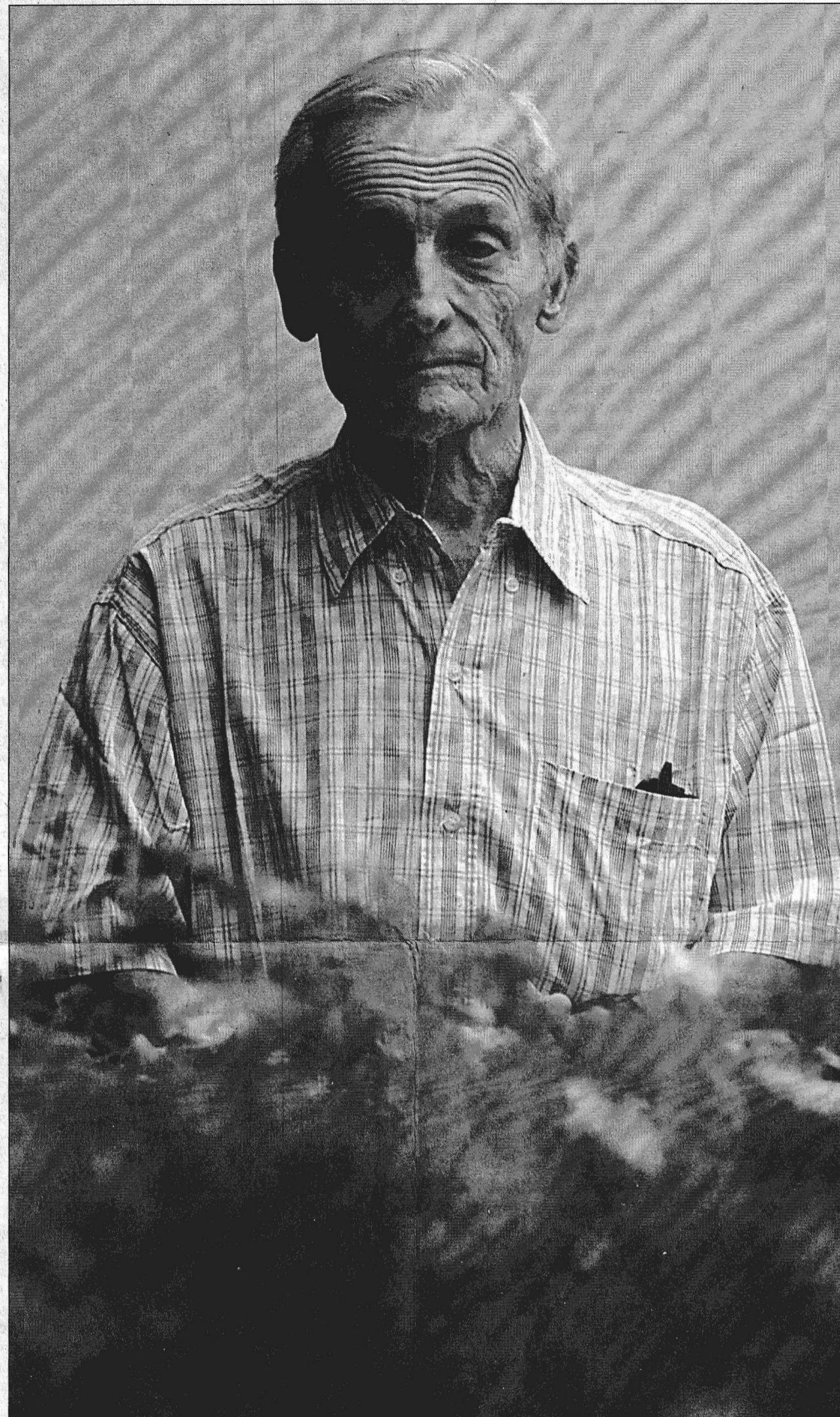
## Execução de padre vale R\$ 20 mil

• Do total de execuções, 534 foram registradas no sul do estado. Segundo a Comissão Pastoral da Terra no Pará, a média de mortos no estado entre 1989 e 1999 foi de 0,7 assassinatos para cada grupo de cem mil habitantes, 26 vezes maior que a nacional. Em alguns municípios do Sul do Pará, como Curionópolis, Parapebas e Eldorado do Carajás, a média de assassinatos em conflitos fundiários foi de 8,7 para cada grupo de cem mil habitantes, 12 vezes maior do que a média estadual e 324 vezes maior do que a média nacional.

O levantamento inclui uma lista de marcados para morrer que não recebem proteção policial, além dos históricos dos casos e até uma tabela dos preços cobrados pelos pistoleiros. Um padre, por exemplo, vale R\$ 20 mil, valor mais alto da tabela. É o caso do frei francês Henri Burin des Roziers, de 71 anos, que vive no Brasil desde 1991, atuando como advogado da CPT em Xinguara, Sul do Pará. Ele foi um dos responsáveis pela única prisão de um fazendeiro mandante da execução de um líder camponês. No ano passado, frei Henri atuou no julgamento de Jerônimo Alves Amorim, que ordenou a execução de Expedito Ribeiro de Souza. Logo após a condenação do fazendeiro, outros cinco marcados para morrer foram executados.

— A polícia e os fazendeiros ficaram umas feras com a condenação do Jerônimo. Tive proteção até da Anistia Internacional, mas não da polícia. Mas isso foi no ano passado. A CPT me mantém na lista. Dizem que há ameaças. A CPT confirmou com três fontes. Eu não sei, continuo fazendo denúncias, mas acho que no Brasil essas coisas são muito quentes durante um tempo só. Depois eles esquecem — conta frei Henri.

Frei Henri é um dominicano que defendia trabalhadores imigrantes em Paris. Em 1978, conheceu religiosos brasileiros que se exilaram na França por causa do regime militar e se encantou com as histórias que ouviu sobre a América Latina. Veio



O FREI francês Henri Burin de Roziers, desde 1991 em Xinguara: ameaçado, religioso não conta com qualquer proteção policial

para o Brasil e seguiria para a Guatemala em 1991.

— Fiquei no Brasil por causa desse julgamento do fazendeiro e depois nunca mais saí. São muitos casos, é muita impunidade, e eu sou útil aqui. Além das matanças, no Pará existe muita tortura de camponeses e trabalho escravo — afirma o frei.

O cotidiano do frei é muito parecido com o de centenas de ativistas do Sul do Pará. Segundo ele, é co-

mum a polícia torturar assentados e ocupantes de terras, além de apreender armas com os pistoleiros e liberá-los em seguida.

Em Marabá, pelo menos duas empresas começam a ser investigadas pelas entidades. De acordo com a coordenação estadual do MST, as empresas são, na verdade, grupos de extermínio apoiados por políticos paraenses.

— Essas empresas reúnem 50, até 150 pistoleiros bem armados de

em fazendas próximas aos assentamentos. Daí eles fazem ameaças e cumprem. Muitos líderes são mortos nos assentamentos — afirmou Isabel Rodrigues, da coordenação estadual do MST.

— Creio que estaremos desvendando um Brasil feudal. Já sabemos que há empresas de extermínio nas ruas de Marabá. Mas creio que a relatora da ONU terá dificuldades para relacionar a grande quantidade de tipos de grupos de

extermínio que agem neste país — disse o inglês Tim Cahill, pesquisador de Assuntos Brasileiros para a Anistia Internacional.

A situação do Pará é a mais urgente, segundo avaliação da entidade. No entanto, a entidade enviará pesquisadores ao Brasil para verificar também matanças de indígenas no Amazonas, de menores nas metrópoles, de camponeses e ativistas em Pernambuco e no Espírito Santo. ■

Fernando Pereira/Diário de S.Paulo

## Conheça a lista da morte

### MARCADOS PARA MORRER

- RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA, coordenador da Fetagri no Sudeste do Pará.
- FRANCISCO DE ASSIS SOLIDADE DA COSTA, integrante da coordenação da Fetagri no Sudeste do Pará.
- ANTÔNIO DE SOUZA CARVALHO, secretário de política agrária da Fetagri.
- SEBASTIÃO PEREIRA, líder de ocupação na Fazenda Três Poderes em Marabá.
- JOSÉ SOARES DE BRITO, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Rondon do Pará.
- HERALDO FERRAZ DE SOUZA, líder sindical na Fazenda Tulipa, em Rondon do Pará.
- FRANCISCO SALVADOR, secretário agrário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Rondon do Pará.
- MARIA JOEL COSTA, viúva de José Dutra da Costa, sindicalista executado em novembro de 2000 em Rondon do Pará.
- JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO DA SILVA, líder sindical de Nova Ipixuna.
- CARLOS CABRAL PEREIRA, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.
- RAIMUNDO NONATO COELHO DE SOUZA, da coordenação do MST no Pará.
- LUIZ GONZAGA, da coordenação do MST no Pará.
- EURIVAL MARTINS CARVALHO, da coordenação estadual do MST.
- ULISSES MANAÇAS CAMPOS, da coordenação estadual do MST.
- VANDEILSON CARNEIRO DOS SANTOS, da coordenação estadual do MST.
- FREI HENRI BURIN DES ROZIERS, advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Xinguara.
- ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas.
- OSINO SILVA MONTEIRO, presidente da Associação Carlos Fonseca, em Parauapebas.
- EDINALDO CAMPOS LIMA, filho de José Pinheiro Lima, executado em julho deste ano.

### AMEAÇAS CUMPRIDAS

- EUCLIDES FRANCISCO DE PAULA
- JOSÉ DUTRA DA COSTA
- JOSÉ PINHEIRO LIMA

FONTE: Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará.